

# ***Mitsui Sumitomo Seguros S.A.***

*Demonstrações Financeiras Intermediárias  
Referentes ao Semestre Findo em  
30 de junho de 2018*

*Relatório dos Auditores Independentes*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos Administradores e Acionistas da  
Mitsui Sumitomo Seguros S.A.

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da Mitsui Sumitomo Seguros S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mitsui Sumitomo Seguros S.A. em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias e o relatório do auditor**

A Administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos nenhuma forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about) para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

## **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras intermediárias**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e com o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias.

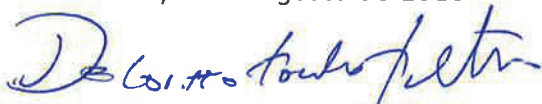
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras intermediárias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de agosto de 2018



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Marcelo Luis Teixeira Santos  
Contador  
CRC nº 1 PR 050377/O-6

## MITSUI SUMITOMO SEGUROS S.A.

CNPJ nº 33.016.221/0001-07

### Relatório da Administração

**Senhores Acionistas:** De acordo com as disposições legais e estatutárias, apresentamos as Demonstrações Financeiras relativas ao semestre encerrado em 30 de junho de 2018 da Mitsui Sumitomo Seguros S.A., acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

**A empresa:** A Mitsui Sumitomo Seguros S.A. faz parte do MS&AD Insurance Group, que está presente em 46 países e regiões ao redor do mundo, e detém a maior participação em prêmios de seguros não vida no Japão, tendo em suas linhas de negócios seguros de vida, individuais e corporativos, negócios internacionais, serviços financeiros e gestão de riscos.

**Desempenho:** No 1º semestre de 2018, os Prêmios Emitidos da Companhia alcançaram o montante de R\$ 239 milhões, o que representa uma redução de 2,3% quando comparado ao ano anterior, principalmente em razão da queda de receita no ramo de automóveis e de DPVAT, este com queda de 23,1%. Sem o DPVAT, os Prêmios Emitidos teriam uma evolução de 0,7%. Os Prêmios Ganhos tiveram redução de 1% e totalizaram R\$ 244 milhões, efeito da queda de receita, e, ainda, da alteração do critério de seu reconhecimento, que a partir de 2018 deixou-se de considerar os custos iniciais de contratação, cujo impacto estimado foi de R\$ 8,9 milhões no semestre.

Na sinistralidade total bruta houve redução de 9,1 pontos percentuais, passando de 68,1% no 1º semestre de 2017 para 59% do mesmo período de 2018, decorrente da redução de 53,3 pontos percentuais que houve nos ramos do grupo patrimonial. Mesmo nos ramos de automóveis, que atingiram 74,1%, em bases comparáveis, sem efeito da alteração do critério de reconhecimento dos prêmios ganhos, a sinistralidade de 2018 teve melhora de 4,5 pontos percentuais em relação ao ano anterior, que foi de 74,4%.

As Despesas Administrativas atingiram o montante de R\$ 43,5 milhões, representando 17,8% dos Prêmios Ganhos e crescimento de 5,2% em relação ao ano anterior.

O Resultado Financeiro totalizou no semestre R\$ 18,7 milhões, valor R\$ 10,5 milhões inferior ao obtido no primeiro semestre de 2017, impactado pela significativa redução das taxas de juros.

Nesse contexto, a Companhia obteve no primeiro semestre de 2018 um prejuízo de R\$ 23,7 milhões, contra um prejuízo de R\$ 7,9 milhões no mesmo período do ano anterior, resultado do impacto negativo dos R\$ 8,9 milhões dos custos iniciais de contratação, que deixaram de ser reconhecidos, dos R\$ 10,5 milhões de queda do resultado financeiro, e de investimentos em processos, tecnologia e capital humano.

**Investimentos:** A Companhia vem investindo continuamente em tecnologia da informação e infraestrutura, para sustentação dos negócios e na melhoria dos processos operacionais, assim como na capacitação das equipes e formação de uma liderança forte.

**Políticas de reinvestimento de lucros e de distribuição de dividendos:** O Estatuto Social da Companhia estabelece que aos acionistas sejam atribuídos dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado na forma prevista em lei, e o saldo remanescente fica à disposição para deliberação da Assembleia Geral.

**Agradecimentos:** Agradecemos à SUSEP, Resseguradores e órgãos de classe pelo apoio e orientação recebidos, aos Clientes e Corretores pela confiança depositada ao longo do ano e principalmente aos nossos funcionários pela eficiência e dedicação no desempenho de suas funções.

São Paulo, 28 de agosto de 2018.

**mitsui sumitomo seguros s.a.****BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017****(Valores em milhares de reais – R\$)**

<b>ATIVO</b>	<b>Nota</b>	<b>30/06/2018</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>PASSIVO</b>	<b>Nota</b>	<b>30/06/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>CIRCULANTE</b>		<b>543.766</b>	<b>463.100</b>	<b>CIRCULANTE</b>		<b>536.965</b>	<b>537.974</b>
Disponível		<b>6.085</b>	<b>5.616</b>	Contas a pagar		<b>20.148</b>	<b>20.330</b>
Caixa e bancos		6.062	5.597	Obrigações a pagar	17	6.142	5.503
Equivalentes de caixa		23	19	Impostos e encargos sociais a recolher		7.658	8.856
Aplicações	7.1	<b>268.807</b>	<b>163.031</b>	Encargos trabalhistas		5.433	4.309
Créditos das operações com seguros e resseguros		<b>122.886</b>	<b>140.076</b>	Impostos e contribuições		915	1.662
Prêmios a receber	8.1	112.821	126.621	Débitos de operações com seguros e resseguros		<b>61.296</b>	<b>55.493</b>
Operações com seguradoras	9	1.601	2.963	Prêmios a restituir		130	73
Operações com resseguradoras	10.1(a)	8.464	10.492	Operações com seguradoras		1.708	2.988
Outros créditos operacionais	11.1	<b>12.876</b>	<b>14.749</b>	Operações com resseguradoras	10.2	36.837	26.140
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	10.1(c)	<b>77.649</b>	<b>83.994</b>	Corretores de seguros e resseguros		21.266	24.938
Títulos e créditos a receber		<b>6.740</b>	<b>6.306</b>	Outros débitos operacionais		1.355	1.354
Títulos e créditos a receber		2.992	3.956	Depósitos de terceiros	19	<b>628</b>	<b>1.258</b>
Créditos tributários e previdenciários	12.1	2.439	2.099	Provisões técnicas de seguros	18.1	<b>454.893</b>	<b>460.893</b>
Outros créditos		1.309	251	Danos		448.611	456.788
Outros valores e bens - Bens à venda	14.1	<b>4.252</b>	<b>4.427</b>	Pessoas		6.282	4.105
Empréstimos e depósitos compulsórios		-	<b>3</b>	<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>18.276</b>	<b>16.210</b>
Despesas antecipadas		<b>2.190</b>	<b>1.417</b>	Contas a pagar		<b>1.003</b>	<b>1.019</b>
Custos de aquisição diferidos - seguros	13.1	<b>42.281</b>	<b>43.481</b>	Tributos diferidos		1.003	1.019
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>421.834</b>	<b>528.577</b>	Provisões técnicas de seguros	18.1	<b>14.936</b>	<b>12.995</b>
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>		<b>381.498</b>	<b>487.968</b>	Danos		14.936	12.995
Aplicações	7.1	<b>374.757</b>	<b>482.444</b>	Outros débitos		<b>2.209</b>	<b>2.092</b>
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	10.1(c)	<b>367</b>	<b>4</b>	Provisões Judiciais	20.1	2.209	2.092
Títulos e créditos a receber		<b>2.619</b>	<b>2.329</b>	Débitos diversos		<b>128</b>	<b>104</b>
Títulos e créditos a receber		151	241	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	21	<b>410.359</b>	<b>437.493</b>
Créditos tributários e previdenciários	12.1	350	436	Capital social		619.757	619.757
Depósitos judiciais e fiscais		1.950	1.434	Reserva de reavaliação	15.1	1.226	1.245
Outros créditos operacionais		168	218	Ajustes de avaliação patrimonial		(4.255)	(846)
Custos de aquisição diferidos - seguros	13.1	<b>3.755</b>	<b>3.191</b>	Prejuízos acumulados		(206.369)	(182.663)
Imobilizado	15.1	<b>12.878</b>	<b>13.272</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>965.600</b>	<b>991.677</b>
Imóveis - uso próprio		9.588	9.891				
Bens móveis		2.804	2.849				
Outras imobilizações		486	532				
Intangível	16.1	<b>27.458</b>	<b>27.337</b>				
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>965.600</b>	<b>991.677</b>				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**MITSUI SUMITOMO SEGUROS S.A.****DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS  
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E DE 2017  
(Valores em milhares de reais – R\$)**

	<u>Nota</u>	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Prêmios emitidos	22.2	238.682	244.215
Variação das provisões técnicas de prêmios		5.173	2.092
<b>Prêmios ganhos</b>	22.1	<b>243.855</b>	<b>246.307</b>
Receita com emissão de apólices		2.656	2.701
Sinistros ocorridos	22.3	(143.887)	(167.685)
Custos de aquisição	22.4	(46.160)	(43.643)
Outras receitas e despesas operacionais	22.5	(10.257)	(11.658)
<b>Resultado com resseguro</b>	22.6	<b>(38.060)</b>	<b>(14.512)</b>
Receita com resseguro		7.388	18.836
Despesa com resseguro		(45.448)	(33.348)
Despesas administrativas	22.7	(43.463)	(41.296)
Despesas com tributos	22.8	(6.475)	(7.209)
Resultado financeiro	22.9	18.709	29.262
Resultado patrimonial		275	13
<b>Resultado operacional</b>		<b>(22.807)</b>	<b>(7.720)</b>
Ganhos e perdas com ativos não correntes		115	50
<b>Resultado antes dos impostos e participações</b>		<b>(22.692)</b>	<b>(7.670)</b>
Participações sobre o resultado		(1.049)	(299)
<b>Prejuízo do semestre</b>		<b>(23.741)</b>	<b>(7.969)</b>
QUANTIDADE DE AÇÕES		290.180.641	290.180.641
PREJUÍZO BÁSICO E DILUÍDO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$		(0,08)	(0,03)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES**

**PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E DE 2017**  
**(Valores em milhares de reais – R\$)**

---

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
<b>PREJUÍZO DO SEMESTRE</b>	<u><b>(23.741)</b></u>	<u><b>(7.969)</b></u>
Outros resultados abrangentes	<u>(3.409)</u>	<u>1.534</u>
Ajustes de títulos e valores mobiliários	<u>(3.409)</u>	<u>1.534</u>
<b>RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO SEMESTRE</b>	<u><u><b>(27.150)</b></u></u>	<u><u><b>(6.435)</b></u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LIQUIDO EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017**  
**(Valores em milhares de reais – R\$)**

	<b>Nota Explicativa</b>	<b>Capital Social</b>	<b>Reserva de Reavaliação</b>	<b>Ajuste TVM</b>	<b>Prejuízos Acumulados</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>		<b>619.757</b>	<b>1.283</b>	<b>(3.646)</b>	<b>(182.851)</b>	<b>434.543</b>
Reserva de reavaliação – Realização	<b>15.1/21</b>	-	(19)	-	35	<b>16</b>
Títulos e valores mobiliários		-	-	1.534	-	<b>1.534</b>
Prejuízo do semestre		-	-	-	(7.969)	<b>(7.969)</b>
<b>Saldos em 30 de junho de 2017</b>		<b>619.757</b>	<b>1.264</b>	<b>(2.112)</b>	<b>(190.785)</b>	<b>428.124</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>		<b>619.757</b>	<b>1.245</b>	<b>(846)</b>	<b>(182.663)</b>	<b>437.493</b>
Reserva de reavaliação – Realização	<b>15.1/21</b>	-	(19)	-	35	<b>16</b>
Títulos e valores mobiliários		-	-	(3.409)	-	<b>(3.409)</b>
Prejuízo do semestre		-	-	-	(23.741)	<b>(23.741)</b>
<b>Saldos em 30 de junho de 2018</b>		<b>619.757</b>	<b>1.226</b>	<b>(4.255)</b>	<b>(206.369)</b>	<b>410.359</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E DE 2017  
(Valores em milhares de reais – R\$)**

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>Prejuízo do semestre</b>	<b>(23.741)</b>	<b>(7.969)</b>
<b>Ajustes para:</b>		
Depreciação e amortizações	4.005	2.783
Reversão de perdas por redução ao valor recuperável dos ativos	(84)	(190)
<b>Variação nas contas patrimoniais:</b>		
Ativos financeiros	(1.497)	(26.679)
Créditos das operações de seguros e resseguros	17.366	25.288
Ativos de resseguro	5.981	3.408
Créditos fiscais e previdenciários	(255)	(469)
Depósitos judiciais e fiscais	(516)	-
Despesas antecipadas	(773)	(47)
Custos de aquisição diferidos	636	(1.431)
Outros ativos	2.006	(1.448)
Impostos e contribuições	(1.455)	354
Outras contas a pagar	1.763	825
Débitos de operações com seguros e resseguros	5.803	(8.736)
Depósitos de terceiros	(631)	(33)
Provisões técnicas - seguros e resseguros	(4.059)	10.588
Provisões judiciais	117	358
Outros passivos	(235)	18
<b>Caixa gerado/(consumido) pelas operações</b>	<b>4.431</b>	<b>(3.378)</b>
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	275	13
Imposto sobre o lucro - pagos	(505)	-
<b>Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais</b>	<b>4.201</b>	<b>(3.365)</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
<b>Recebimento pela venda:</b>		
Imobilizado	193	780
<b>Pagamento pela compra:</b>		
Imobilizado	(66.5)	(95)
Intangível	(3.260)	(5.203)
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de investimento</b>	<b>(3.732)</b>	<b>(4.518)</b>
<b>Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>469</b>	<b>(7.883)</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre</b>	<b>5.616</b>	<b>16.013</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre</b>	<b>6.085</b>	<b>8.130</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **MITSUI SUMITOMO SEGUROS S.A.**

### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2018 (Valores em milhares de reais – R\$)**

---

#### **1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Mitsui Sumitomo Seguros S.A. (“Seguradora”) é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em São Paulo, situada na Alameda Santos, nº 415 – 1º ao 5º e 9º andar, cujo controlador em última instância é a Mitsui Sumitomo Insurance Co. Ltd.. A Mitsui Sumitomo Seguros S.A. tem como objetivo principal a exploração das operações de seguros de danos e de pessoas, em qualquer de suas modalidades.

As demonstrações financeiras da Seguradora foram aprovadas pela Administração em 28 de agosto de 2018.

#### **2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

##### **2.1. Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto com os pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC referendados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e estão sendo apresentadas segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517/15 e alterações.

##### **2.2. Base de elaboração**

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e são ajustadas ao valor justo, quando aplicável, para os ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

A preparação dessas demonstrações financeiras intermediárias pressupõe a continuidade dos negócios em curso normal e compreendem os balanços patrimoniais, as demonstrações de resultados, as demonstrações das mutações do patrimônio, as demonstrações dos resultados abrangentes, as demonstrações dos fluxos de caixa e as notas explicativas.

As principais práticas contábeis adotadas pela Seguradora estão divulgadas na nota explicativa nº 3.

##### **2.3. Demonstração dos resultados abrangentes**

A demonstração dos resultados abrangentes está sendo apresentada em quadro demonstrativo próprio e compreende itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação) que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requerido ou permitido pelos CPCs.

##### **2.4. Operações descontinuadas**

Não houve atividade descontinuada no semestre findo em 30 de junho de 2018.

### **3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias estão assim definidas:

#### **3.1. Moeda funcional**

A moeda do ambiente econômico principal no qual a Seguradora atua, utilizada na preparação das demonstrações financeiras, é o real (R\$). Exceto quando expressamente mencionado, os valores estão apresentados em milhares de reais, arredondados para a casa decimal mais próxima.

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data em que ocorrem. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para reais à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes dessa conversão são reconhecidas no resultado.

#### **3.2. Apuração de resultado**

O resultado é apurado pelo regime de competência e inclui os rendimentos, os encargos e as variações monetárias ou cambiais a índices ou taxas oficiais.

As receitas de prêmios de seguros são apropriadas ao resultado no momento da emissão das respectivas apólices e faturas de seguros, ou quando da vigência do risco, o que ocorrer primeiro, e diferidas para apropriação no decorrer do prazo de vigência das apólices e faturas, através de constituição da provisão de prêmios não ganhos. São contabilizadas, também, as estimativas de receitas de prêmios para as apólices em processo de emissão.

Os prêmios de cosseguro aceitos são apropriados ao resultado no momento do recebimento das especificações de cosseguro (propostas) das congêneres e diferidos para apropriação no decorrer do prazo de vigência das apólices e faturas através de constituição da provisão de prêmios não ganhos.

Os custos de aquisição são diferidos e apropriados ao resultado proporcionalmente ao reconhecimento do prêmio ganho, tendo a maioria das apólices emitidas o prazo de vigência de 12 meses. Os agenciamentos das operações de seguros são diferidos e apropriados ao resultado, de forma linear pelo prazo de vigência das apólices.

Os prêmios de resseguro e as despesas de comercialização de retrocessão e correspondente a provisão de prêmios não ganhos são contabilizados com base nos informes recebidos das resseguradoras.

#### **3.3. Contratos de seguros**

De acordo com as determinações contidas no CPC 11 - Contratos de Seguros, que define as características de um Contrato de Seguro, a Administração procedeu a avaliação dos negócios e caracterizou suas operações como “Contratos de Seguros”.

Os contratos de resseguros são classificados como “Contrato de Seguros”, pois pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo, sendo reconhecidos nos mesmos critérios das operações de seguros.

A cessão de resseguros é efetuada no curso normal das atividades com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da diversificação de riscos. Os passivos relacionados às operações de resseguros são apresentados brutos de suas respectivas recuperações, uma vez que a existência do contrato não exige a Seguradora de suas obrigações para com os segurados.

Os ativos de resseguro são representados principalmente por sinistros a recuperar e provisão de reservas técnicas. Os ativos de resseguro são avaliados consistentemente com os saldos associados com os passivos de seguro que foram objeto de resseguro e conforme os termos e condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos às resseguradoras são compostos substancialmente por prêmios devidos por contratos de resseguro.

### **3.4. Instrumentos financeiros**

A adoção inicial do CPC 48 é para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com isenção opcional para as entidades que emitem contratos de seguros (IFRS 4 / CPC 11) que será para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2021, conforme mencionado na nota 6. Conforme termo de aprovação do CPC 48, datado de 4 de novembro de 2016, as entidades seguradoras poderão continuar a utilizar CPC 38 até 31 de dezembro de 2020. A Companhia não adotará para o exercício de 2018 o CPC 48, não havendo impactos para essas demonstrações financeiras.

#### **a) Ativos financeiros**

A Seguradora classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros “disponíveis para venda” e empréstimos e recebíveis.

A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

i) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Um ativo financeiro é classificado como valor justo por meio do resultado se:

- For adquirido, principalmente, para ser vendido a curto prazo; ou
- No reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Seguradora administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros à curto prazo; ou
- For um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de “hedge” efetivo.

São demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Ganhos e perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelos ativos financeiros, sendo incluídos na rubrica “Resultado Financeiro”, na demonstração do resultado.

ii) Investimentos mantidos até o vencimento: correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Seguradora tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável.

iii) Ativos financeiros disponíveis para venda: correspondem a ativos financeiros não derivativos designados como “disponíveis para venda” ou não são classificados como: (a) empréstimos e

recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento, ou (c) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. As variações no valor contábil dos ativos financeiros monetários disponíveis para venda relacionadas às receitas de juros calculadas utilizando o método de juros efetivos são reconhecidos no resultado. Outras variações no valor contábil dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas em “Ajuste de avaliação patrimonial”, no patrimônio líquido.

iv) Empréstimos e recebíveis: são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. São mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

#### **b) Passivos financeiros**

São classificados como “Contas a pagar” e “Débitos de operações com seguros”. São mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive, quando aplicável, honorários, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

#### **c) Mensuração do valor justo reconhecido no balanço patrimonial**

Os instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, são classificados nos Níveis 1 a 3, com base no grau observável do valor justo:

- Nível 1: títulos com cotação em mercado ativo;
- Nível 2: títulos não cotados nos mercados abrangidos no “Nível 1”, mas cuja precificação é direta ou indiretamente observável;
- Nível 3: títulos que não possuem seu custo determinado com base em um mercado observável.

A tabela a seguir apresenta a composição dos principais ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo, classificados pelos níveis hierárquicos, e os ativos e passivos financeiros ao custo amortizado, demonstrando os saldos contábeis e os valores justos:

		<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<b>Ativos financeiros</b>	<b>Nível</b>	<b>788.247</b>	<b>808.570</b>
<b>Ao valor justo por meio do resultado</b>		<b>163.324</b>	<b>162.986</b>
Equivalentes de caixa	1	23	19
Fundos de investimento – DPVAT	1	135.716	126.173
Fundos de investimento	1	27.585	36.794
<b>Disponíveis para venda</b>		<b>479.633</b>	<b>481.906</b>
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	1	363.307	388.132
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1	116.326	93.774
<b>Empréstimos e recebíveis</b>		<b>145.289</b>	<b>163.678</b>
Créditos das operações com seguros e resseguros		122.886	140.076
Outros créditos operacionais		13.044	14.967
Títulos e créditos a receber		9.359	8.635

<b>Passivos financeiros ao custo amortizado</b>	<b>82.447</b>	<b>76.842</b>
Contas a pagar	21.151	21.349
Débitos de operações com seguros e resseguros	61.296	55.493

Os saldos contábeis dos ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis e dos passivos financeiros mensurados ao custo amortizado se aproximam de seus respectivos valores justos, devido ao prazo médio de recebimento e pagamento serem de curto prazo.

As quotas de fundos de investimento são valorizadas pelo valor da quota informado pelos administradores dos fundos na data de encerramento do balanço. Os ativos dos fundos de investimento são ajustados ao valor justo, em consonância com a regulamentação específica aplicável a essas entidades.

O valor justo dos títulos públicos é apurado com base nos preços de mercados secundários divulgados pela Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

### **3.5. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)**

#### **a) Ativos financeiros**

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado até o valor da perda reconhecida.

Perdas de valor nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado.

#### **b) Ativos não financeiros**

De acordo com o CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos, a entidade deve avaliar, no mínimo por ocasião da elaboração das demonstrações contábeis anuais, os valores contabilizados como ativos não financeiros a fim de verificar se os mesmos não estão registrados em valor superior àquele passível de recuperação. Caso isto seja identificado, é estimado o valor recuperável do ativo e reconhecido contabilmente a eventual desvalorização dos ativos.

O valor recuperável, segundo o CPC, é o maior valor entre o preço líquido de venda do ativo e o seu valor em uso. Caso o valor contábil seja menor, não haverá desvalorização do ativo.

Uma perda por *impairment* é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável e é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização

do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização.

### **3.6. Equivalentes de caixa**

São representados por instrumentos financeiros não vinculados a cobertura de reservas técnicas de seguros e, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e que são utilizados pela Seguradora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, com finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa.

### **3.7. Outras aplicações**

Em 30 de junho de 2018, a Seguradora apresentava o saldo de R\$ 630 (31/12/2017 – R\$ 602) em outras aplicações, que representa basicamente a participação no convênio DPVAT no montante de R\$ 566 (31/12/2017 – R\$ 538). Pelo fato dessas aplicações não apresentarem um mercado ativo em função do volume de transações negociadas e também pelo fato de seu valor justo não ser confiavelmente medido/mensurado, tais aplicações encontram-se registradas ao seu valor de custo.

### **3.8. Crédito das operações de seguros**

Os prêmios a receber e as respectivas despesas de comercialização são registrados deduzidos dos juros a apropriar, que são reconhecidos em resultado financeiro de acordo com o prazo de parcelamento dos prêmios. A provisão para riscos de crédito sobre prêmios a receber é constituída com base em estudo técnico que leva em consideração o percentual médio de perda histórica.

A provisão para riscos de créditos com resseguradoras é constituída com base no princípio da discricionariedade, onde mensalmente a Seguradora realiza o controle e a avaliação individual de todos os valores a recuperar, efetuando a redução ao valor recuperável em todas as situações nas quais se obtenha evidência de não recuperabilidade dos valores, formalizadas através de correspondência e/ou e-mail. São desconsiderados os itens de contratos facultativos que estão em processo de negociação, itens de contratos automáticos em que o pedido de recuperação será incluído nas próximas prestações de contas ou itens onde exista divergência sobre os montantes ou entendimento das coberturas entre as partes.

A provisão para riscos de créditos com cosseguro cedido é constituída com base nos sinistros pendentes de recuperação, considerando a expectativa de recuperação avaliada pela área técnica.

Os montantes das provisões constituídas são julgados suficientes pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização de créditos e contas a receber.

### **3.9. Outros valores e bens**

Contempla substancialmente o registro de bens patrimoniais já ressarcidos aos segurados, porém recuperados, avaliados ao valor justo.

### **3.10. Depósitos judiciais**

A Seguradora possui depósitos judiciais de naturezas trabalhistas e cíveis que são registrados em base histórica no grupo “Títulos e Créditos a Receber” no Ativo não circulante. São mantidos no Ativo sem dedução das correspondentes provisões para contingências.

### **3.11. Imobilizado**

O ativo imobilizado é avaliado pelo custo histórico de aquisição menos a depreciação acumulada e perdas por *impairment* acumuladas, quando aplicável. O software adquirido como parte integrante



da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil econômica estimada de cada parte de um bem do imobilizado, compreendido substancialmente por móveis, imóveis, utensílios, máquinas, equipamentos e veículos. Os ganhos e perdas decorrentes da alienação de um ativo imobilizado são apurados através da comparação entre os recursos financeiros obtidos com a venda e o valor contábil líquido do ativo imobilizado, e são reconhecidos no resultado do período. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente se o valor recuperável do ativo é inferior ao seu valor contábil.

O custo de substituir parte de um item do imobilizado é reconhecido no valor do bem quando for provável que os benefícios econômicos futuros, incorporados no bem, sejam revertidos e o seu custo for mensurado de maneira confiável. Os custos de reparos rotineiros do imobilizado são reconhecidos no resultado à medida que são incorridos.

A reavaliação total dos bens imóveis da Seguradora ocorrida em março de 2006 será mantida até sua realização.

A depreciação do imobilizado de uso é calculada pelo método linear, às seguintes taxas anuais: 4% para imóveis, 10% para bens móveis, 20% para veículos e equipamentos de processamento de dados e 33,33% para benfeitorias em imóveis de terceiros.

O método de depreciação, a vida útil e os valores residuais dos bens do imobilizado são revistos a cada encerramento de exercício. Uma perda no valor residual é reconhecida sempre que o valor justo do ativo for menor que o valor contábil.

### **3.12. Intangível**

O ativo intangível refere-se a desenvolvimento e aquisições de softwares. Estão demonstrados ao custo de aquisição, sendo amortizados pelo método linear com base no prazo estimado de benefício de cinco anos.

### **3.13. Provisão para imposto de renda e contribuição social**

A provisão para imposto de renda e a contribuição social do período corrente e diferido são calculados à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual que excede R\$ 240 ao ano para imposto de renda. A Medida Provisória nº 675, de 21 de maio de 2015 convertida na Lei nº 13.169, de 2015 e regulamentada pela instrução normativa nº 1.591/15 da RFB aumentou a alíquota da CSLL para 20%, no período compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, e voltando a 15% a partir de 1º de janeiro de 2019.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do período, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido passivo é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de instrumentos financeiros classificados como “Disponível para venda” e os “Valores Justos”. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas alíquotas vigentes até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

### 3.14. Provisões técnicas de seguros

As provisões técnicas são constituídas e calculadas de acordo com as determinações e critérios estabelecidos pelo CNSP e pela SUSEP, descritos a seguir:

. **Provisão de prêmios não ganhos – PPNG:** Corresponde ao montante de prêmio referente ao período de risco a decorrer para os riscos assumidos e emitidos na data-base de cálculo, calculado através do método “pro rata dia”, em conformidade com a metodologia descrita em Nota Técnica Atuarial e com a legislação vigente. A partir de 1º de janeiro de 2018, em atendimento a Circular SUSEP nº 543/16, a parcela do prêmio definida como receita destinada à recuperação dos custos iniciais de contratação deixou de ser deduzida da base de cálculo da PPNG. A provisão de prêmios não ganhos - riscos vigentes, mas não emitidos - PPNG-RVNE, corresponde à estimativa do montante de prêmio referente ao período de risco a decorrer para os riscos assumidos e não emitidos na data-base de cálculo. A referida estimativa é calculada de acordo com a metodologia descrita em Nota Técnica Atuarial.

. **Provisão de sinistros a liquidar - PSL e Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados – IBNER:** Corresponde ao somatório das estimativas de pagamento dos sinistros que encontram-se em processo de análise e pendentes de liquidação. A metodologia de cálculo da provisão de sinistros a liquidar - PSL, prevista em Nota Técnica Atuarial, também contempla a metodologia para estimativa da provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados – IBNER (*Incurring But Not Enough Reported*), que tem como objetivo adequar o saldo da PSL aos valores incorridos dos sinistros, líquidos das estimativas de Salvados e Ressarcimentos. Esta prática atuarial é adotada em função da PSL não contemplar qualquer tipo de estimativa de recuperação de Salvados e/ou Ressarcimentos.

. **Provisão de despesas relacionadas – PDR:** Corresponde à estimativa do montante de despesas que serão pagas em decorrência de sinistros incorridos. A referida estimativa é calculada de acordo com a metodologia prevista em Nota Técnica Atuarial.

. **Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados – IBNYR (*Incurring But Not Yet Reported*):** Corresponde à estimativa do montante de sinistros ocorridos mas ainda não avisados pelos segurados ou beneficiários à Seguradora, até a data-base de cálculo. A referida estimativa é calculada de acordo com a metodologia prevista em Nota Técnica Atuarial. A provisão de IBNYR do ramo DPVAT é constituída conforme inicialmente previsto na Resolução CNSP nº 342/16 e nas respectivas atualizações normativas.

. **Teste de adequação de passivos – TAP:** Conforme requerido pelo CPC 11, em cada data de balanço deve ser elaborado o teste de adequação dos passivos para todos os contratos de seguro em curso na data de execução do teste. O teste de adequação de passivos, para fins de elaboração das demonstrações financeiras, está em acordo com o disposto nas Circulares SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores, e tem como objetivo avaliar, na data-base de cálculo, se as provisões técnicas constituídas estão suficientes para garantir as obrigações assumidas decorrentes dos contratos de seguro. Desta forma, através do teste de adequação do passivo, efetua-se a comparação entre o valor presente das estimativas dos fluxos de pagamentos decorrentes dos riscos assumidos e o montante de provisões técnicas constituído na data-base de cálculo. Na elaboração do teste de adequação do passivo consideram-se, através do valor contábil, todos os passivos de contratos de seguros, em acordo com o CPC 11, deduzidos de qualquer custo de aquisições diferido e qualquer ativo intangível relacionado aos mesmos. Caso sejam identificadas quaisquer insuficiências as mesmas devem ser registradas no mês-base de apuração, como uma despesa no resultado do período, primeiramente efetuando-se a redução do valor dos custos de aquisições diferidos relacionados ou dos ativos intangíveis relacionados e, subsequentemente, constituindo-se a provisão técnica

denominada Provisão Complementar de Cobertura - PCC. Os cálculos realizados nas datas-bases de 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017 não identificaram insuficiência no passivo constituído.

### **3.15. Provisões judiciais**

As provisões judiciais estão demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

**a) Não relacionados a sinistros:** A Seguradora avalia as suas contingências passivas através das determinações emanadas pelo CPC 25 - Provisão e Passivo e Ativo Contingente. São constituídas pela Administração levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos; a causa das ações; similaridade com processos anteriores; complexidade e o posicionamento do judiciário, sempre que a perda possa ocasionar uma saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. São compostos por casos que estão “fora de vigência” (ou sem apólice) e os danos morais não cobertos pelo contrato.

**b) Relacionadas a sinistros:** São constituídas em conformidade com a metodologia descrita na Nota Técnica Atuarial da provisão de sinistros a liquidar (PSL). São compostos por eventos que são ligados à natureza da operação de seguros, com apólice vigente (ainda que não tenha cobertura).

### **3.16. Benefícios aos empregados**

#### **a) Benefícios de curto prazo:**

A Seguradora possui o Programa de Participação nos Lucros e Resultados, cujo objetivo é ampliar a conscientização dos funcionários às variáveis dos negócios e do seu papel ativo na melhoria dos níveis de produtividade e qualidade na empresa, amadurecimento em relação às necessidades e expectativas de clientes e sinergia entre as áreas.

Mensalmente é contabilizada uma provisão de participação nos lucros, conforme parâmetros estabelecidos na política de participação nos lucros da Seguradora.

#### **b) Benefícios por desligamento:**

Adicionalmente, a Seguradora concede benefícios de seguro saúde para funcionários desligados por prazo determinado na convenção sindical, sendo: i) por mais 30 dias com até 5 anos de trabalho; ii) por mais 60 dias com mais de 5 e até 10 anos de trabalho na mesma empresa.

### **3.17. Lucro/prejuízo líquido por ação**

O lucro por ação básico da Seguradora para o período é calculado pela divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas pela quantidade média de ações da Seguradora. Durante o período de reporte a Seguradora não possuía instrumentos ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo sobre o lucro por ação do exercício e conseqüentemente o lucro por ação básico é equivalente ao lucro por ação diluído segundo os requerimentos do CPC 41.

## **4. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS**

Na aplicação das práticas contábeis da Seguradora descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes.

Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico e, quando aplicável, os valores foram ajustados ao valor justo das transações.

As estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas pela Administração da Seguradora e baseiam-se na experiência histórica e em vários outros fatores, que se entendem como razoáveis e relevantes.

A Administração da Seguradora adotou as seguintes premissas que podem afetar as demonstrações financeiras:

#### **4.1. Imposto de renda e contribuição social diferidos**

O método do passivo (conforme o conceito descrito na IAS 12 - “*Liability Method*”, equivalente ao CPC 32) de contabilização de imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda e contribuição social diferidos ativo é revisado a cada encerramento das demonstrações financeiras e reduzido/baixado pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrá-lo, e o montante a ser registrado do ativo fiscal, conforme nota explicativa nº 12.2.

#### **4.2. Teste de redução do valor recuperável de ativos de vida longa**

Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis. Na data de encerramento do período, a Seguradora realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Até as datas de encerramento dos períodos nenhuma evidência foi identificada.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior valor entre: (i) seu valor justo menos custos estimados de venda; e (ii) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados pelo uso contínuo de um ativo até o fim de sua vida útil. Até as datas de encerramento dos períodos nenhum ativo apresentou valor recuperável inferior ao seu valor residual.

#### **4.3. Provisões judiciais**

A Seguradora possui diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa nº 20. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais e potenciais riscos que representam perdas prováveis e estimadas em conformidade com metodologias descritas em Nota Técnica Atuarial e/ou Manuais de Procedimento.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões judiciais para riscos cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

#### **4.4. Provisão para riscos sobre créditos**

A provisão para riscos sobre créditos sobre as contas a receber como descrito na nota explicativa nº 3.8 é considerada suficiente pela Administração para cobrir as perdas prováveis.

#### **4.5. Provisões técnicas de seguros e teste de adequação de passivos - TAP**

Para apuração das provisões técnicas de seguros e do teste de adequação de passivos são utilizadas premissas cujas definições, por parte da Administração da Seguradora, ocorrem em conformidade com o descrito na nota explicativa nº 3.14.

### **5. FATORES DE RISCOS E GERENCIAMENTO**

#### **5.1. Fatores de risco**

##### **a) Risco de seguro**

O risco de seguro pode ser definido como sendo a possibilidade de ocorrência de evento previsto em contrato de seguro, desde que, a mesma seja futura e incerta na data de início de vigência do referido contrato. Neste contexto, o contrato de seguro é definido como sendo o instrumento através do qual a Seguradora aceita o risco de seguro transferido pelo segurado, concordando em pagar indenização na possibilidade de ocorrência do evento previsto no referido instrumento e desde que o mesmo afete o segurado negativamente.

O principal risco significativo assumido nos contratos de seguro vigentes refere-se à possibilidade da frequência e/ou severidade dos sinistros serem superiores às respectivas estimativas, obtidas a partir de metodologias de cálculo descritas em notas técnicas atuariais.

Desta forma, as diversas áreas da Seguradora agem ativamente sobre a gestão de riscos de seguros, definição de políticas operacionais e/ou avaliação de processos, de forma a mitigar a possibilidade de ocorrência do risco significativo.

No processo de avaliação dos referidos riscos, a experiência histórica e as boas práticas estatísticas e atuariais demonstram que quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor deve ser a variabilidade sobre os fluxos de caixa referentes às obrigações relacionadas aos riscos assumidos.

Com base nestes pressupostos a estratégia de subscrição visa diversificar as operações de seguros com o objetivo de assegurar o balanceamento da carteira segurada, agrupando-se de riscos com características similares para fins de análise e gestão, de forma a reduzir o impacto de riscos isolados. A referida estratégia é revisada anualmente em um planejamento estratégico que estabelece as classes de negócios, regiões territoriais, e segmentos de mercado em que a Seguradora irá operar. Com base nas estratégias definidas, são elaboradas as políticas de aceitação e os processos de gestão de riscos dos contratos de seguros. Adicionalmente, a Seguradora mantém contratos de resseguro para proteção das diversas carteiras seguradas, com os objetivos de mitigar a exposição contra riscos significativos e riscos de natureza catastrófica e de homogeneizar a distribuição das somas seguradas inerentes aos riscos assumidos.

##### **i) Concentração de riscos**

O quadro a seguir mostra a distribuição de risco por região e linha de negócios, baseada nos prêmios líquido de cosseguro e resseguro nos semestre findos em 30 de junho de 2018 e 2017. A exposição aos riscos varia significativamente por região geográfica e pode mudar ao longo do tempo. A política de resseguros e cosseguro abordam os riscos e coberturas para catástrofes.

<b>Grupo de ramos</b>	<b>Proporção (%)</b>				
	<b>Centro-Oeste</b>	<b>Nordeste</b>	<b>Norte</b>	<b>Sudeste</b>	<b>Sul</b>
Automóvel	4,5	8,5	3,0	58,1	25,9
Patrimonial	4,4	1,1	10,5	32,7	51,3
Transportes	9,3	0,6	2,8	63,1	24,2
Demais ramos	0,7	3,9	6,5	60,2	28,7
<b>Em 30/06/2018</b>	<b>4,7</b>	<b>6,8</b>	<b>3,9</b>	<b>56,2</b>	<b>28,4</b>
<b>Em 30/06/2017</b>	<b>3,6</b>	<b>6,5</b>	<b>3,4</b>	<b>62,6</b>	<b>23,9</b>

ii) Análise de sensibilidade

O montante de sinistros sob responsabilidade da Seguradora é afetado por variações nas respectivas distribuições de frequência e/ou severidade, originadas a partir da influência de diversos fatores. De forma a exemplificar os referidos fatores, mas não nos limitando àqueles a seguir descritos, podemos mencionar: mudanças climáticas, comportamento dos motoristas, estado de conservação das vias rodoviárias, aumento da frota circulante de veículos automotores, mudanças na situação econômica do país e os respectivos impactos na criminalidade e nos índices de roubo e furto. Desta forma, com o objetivo de simular o efeito de variações nas distribuições de frequência e/ou severidade dos sinistros sob responsabilidade da Seguradora, a tabela abaixo demonstra a sensibilidade do Resultado e do Patrimônio Líquido às hipóteses de variações de 10 pontos percentuais na sinistralidade observada em 30 de junho de 2018:

	<b>Bruto de resseguro</b>		<b>Líquido de resseguro</b>	
	<b>Resultado</b>	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>Resultado</b>	<b>Patrimônio líquido</b>
Aumento em 10% na sinistralidade	(14.389)	(14.389)	(14.432)	(14.432)
Redução em 10% na sinistralidade	14.389	14.389	14.432	14.432

b) Risco de mercado

O risco de mercado caracteriza-se como a possibilidade de perda de ativos financeiros pela variação inesperada de seus preços, em decorrência de alteração de fatores como: taxa de juros, flutuações cambiais, inflação e/ou alterações nas condições de liquidez de títulos ou mercados.

Para mitigar o risco de mercado e minimizar possíveis impactos negativos no resultado e no patrimônio, a Seguradora realiza o acompanhamento do *stress test*; das perspectivas para inflação, taxa de juros e taxa de câmbio e seus impactos sobre os investimentos da MSS. Assim como o controle pelo modelo VaR (*Value at Risk*), com a manutenção de, no máximo, 0,5% ao dia, com nível de confiança de 99,0%.

i) Análise de sensibilidade

Os ativos são classificados na categoria disponível para venda. Estes ativos são avaliados com base nas informações cotadas no mercado ou em dados de mercado observados, quando aplicável. O teste de sensibilidade demonstra o efeito decorrente da variação das Taxas de Juros e de Inflação no Patrimônio Líquido, nas aplicações financeiras intermediárias, bem como nas Receitas Financeiras. Como premissa, utilizou-se a variação de 200 bps como intervalo de variabilidade da Taxa Básica de Juros e um intervalo de variabilidade de 200 bps para Inflação.

Ativos financeiros	Saldo Contábil	Aumento de 200 bps		Diminuição de 200 bps	
		Impacto no PL	Saldo Ajustado	Impacto no PL	Saldo Ajustado
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	75.908	(4.664)	71.244	5.121	81.029
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	40.418	(1.833)	38.585	2.258	42.676
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	363.307	3.767	367.074	(3.449)	359.858
Quotas de Fundos de Investimento	27.585	378	27.963	(298)	27.287

### c) **Risco de crédito**

Define-se como Risco de Crédito a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, das suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, e/ou da desvalorização dos recebíveis decorrente da redução na classificação de risco do tomador ou contraparte.

Através da Política de Investimentos, a Seguradora estabelece limites de exposição ao risco de crédito e realiza o monitoramento para que tais limites não sejam excedidos. Leva-se em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar com suas obrigações, baseando-se no rating de crédito determinado por agências avaliadoras de riscos, sendo Standard & Poor's, Fitch Rating e Moody's.

A Seguradora tem com procedimento efetuar negociações somente com entidades resseguradoras que possuam rating mínimo, observável nas principais agências de rating, superior a "A-" pela Standard & Poor's, "A-" pela A.M. Best ou "A3" pela Moody's Investors Services. Existindo a necessidade de efetuar colocação de risco junto à resseguradores que não atendam aos requisitos mínimos de classificação de rating, tal operação será submetida à aprovação no Comitê de *Underwriting*.

A tabela a seguir demonstra a exposição ao risco de crédito junto a resseguradores aos quais a Companhia possui recebíveis em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, através da classificação dos saldos a recuperar por rating:

Rating	30/06/2018			31/12/2017
	Local	Admitida	Eventual	Total
AA-	-	5.622	-	6.667
A+	-	1.569	426	3.037
A	-	2.081	4	1.859
A-	21.122	-	-	24.439
B++	-	-	12	12
Sem rating	9.021	-	-	11.041
	<b>30.143</b>	<b>9.272</b>	<b>442</b>	<b>47.055</b>

Estão distribuídos no quadro acima os saldos da rubrica "Créditos das operações com resseguradoras" no valor de R\$ 8.464 e os saldos de provisão de sinistros a liquidar junto à resseguradores no valor de R\$ 36.266 (nota 10.1(c)) e sem os valores de IBNER de R\$ 4.741.

## 5.2. Gerenciamento

### a) **Risco financeiro**

A Seguradora realiza a gestão dos ativos e passivos financeiros de modo que não haja descasamento.

Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo é otimizar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito.

As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações são periodicamente revisadas. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade em manter o balanceamento de ativos e passivos.

### b) **Risco operacional**

O Risco Operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrentes de fraudes ou eventos externos, incluindo-se o risco legal e excluindo-se os riscos decorrentes de decisões estratégicas e à reputação da Companhia.

O gerenciamento do risco operacional contempla o monitoramento dos diversos cenários de exposição a riscos a que a Seguradora está sujeita, refletindo o ambiente de negócios e o comportamento da concorrência. Não obstante, neste processo, também estão refletidos os procedimentos mínimos exigíveis para elaboração do Banco de Dados de Perdas Operacionais, exigível a partir da Circular SUSEP nº 517/15 e alterações.

Para mitigar o risco de impactos nas demonstrações financeiras por erro ou ineficiência operacional, a Seguradora adotou processo de checagem mensal das operações contabilizadas em Contas de Resultado, através de reuniões específicas com as Áreas de Negócio. Além disso, estabeleceu processo vigoroso de reconciliações contábeis cuja revisão é também obrigatória pelas Áreas de Negócios.

### c) **Risco de capital**

O gerenciamento de riscos relacionados ao capital alocado na operação ocorre de forma conjunta às definições oriundas do Comitê de *Underwriting* e do Planejamento Estratégico da Seguradora e tem por objetivo otimizar as relações entre crescimento, capital mínimo requerido e patrimônio líquido ajustado.



## Patrimônio líquido ajustado

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<b>I – Ajustes contábeis:</b>		
Patrimônio líquido	410.359	437.493
Despesas antecipadas	(2.190)	(1.417)
Intangível	(27.458)	(27.337)
CAD não relacionados à PPNG	(2.079)	(182)
<b>Patrimônio líquido ajustado (PLA)</b>	<u><b>378.632</b></u>	<u><b>408.557</b></u>
<b>II – Ajustes associados à variação dos valores econômicos:</b>		
Superávit de fluxos de prêmios/contribuições não registrados apurado no TAP		
Valor do ajuste	<u>2.664</u>	<u>3.174</u>
<b>PLA Total = PLA + Ajustes associados à variação dos valores econômicos</b>	<u><b>381.296</b></u>	<u><b>411.731</b></u>
<b>Capital mínimo requerido</b>	<u><b>84.912</b></u>	<u><b>86.902</b></u>
<b>Suficiência de capital</b>	<b>296.384</b>	<b>324.829</b>

### d) Políticas e estratégias de gerenciamento

- i) Comitê de Underwriting: Tem como objetivo a aprovação de alterações relevantes nos produtos comercializados no tocante à precificação, clausulados, critérios de aceitação entre outros assuntos. Também é utilizado para aceitação de riscos complexos ou vultosos, de acordo com o critério vigente de aceitação dos respectivos produtos. Também faz parte do Comitê o monitoramento das carteiras em operação, através de reuniões nas quais demonstram-se os respectivos resultados e cuja realização ocorre periodicamente. Nessas reuniões são avaliados temas, tais como: resultado do mercado naquele ramo de negócio, posicionamento estratégico da Seguradora, bem como resultados auferidos e alterações que sejam necessárias para atingimento dos objetivos anteriormente definidos.
- ii) Comitê de Gerenciamento de Risco e Compliance: Tem por objetivo analisar, discutir e aprovar sobre assuntos relacionados à adoção de estratégias, políticas e medidas voltadas à difusão da cultura de controles internos, mitigação dos riscos identificados nas atividades e em conformidade com os atos legais e regulatórios aplicáveis ao mercado segurador. O Comitê monitora se os planos de ação corretiva estão sendo implementados de acordo com os prazos fixados.
- iii) Outras ferramentas de gerenciamento: Além das políticas e estratégias mencionadas acima, a Seguradora faz uso das ferramentas como “*Risk Treatment Plan*” e “*Risk Register*”, entre outras, que visam analisar e gerenciar os riscos identificados, o grau de impacto, e o desenvolvimento de planos de ação.

## **6. ADOÇÃO DE NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE NOVAS E REVISTAS**

Em decorrência do compromisso do CPC e SUSEP de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela SUSEP até a data de sua aplicação obrigatória.

CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil. Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes, de modo que representem fielmente essas transações. Essas informações fornecem a base para que usuários de demonstrações contábeis avaliem o efeito que os arrendamentos têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade.

CPC 11 – Contratos de seguros. Em maio de 2017, o *International Accounting Standards Board* (IASB), estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros. A adoção inicial desse pronunciamento é para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2021, contudo, essa norma ainda não foi objeto de normatização por parte do CPC.

CPC 48 - Instrumentos Financeiros. Correlação às normas internacionais de contabilidade – IFRS 9. Estabelece princípios para classificação e mensuração dos ativos financeiros. A adoção inicial desse pronunciamento é para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com isenção opcional para as entidades que emitem contratos de seguros (IFRS 4 / CPC 11) que será para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2021.

A Seguradora não espera que essas novas normas tenham efeitos relevantes sobre as demonstrações financeiras a partir de sua adoção, exceto aos relacionados aos Instrumentos Financeiros cujos efeitos estão em avaliação.

## 7. APLICAÇÕES

### 7.1. Composição

Categorias	Classe	Taxa de juros	30/06/2018				31/12/2017		
			Custo atualizado	Valor justo	%	Ajuste de TVM	Ganhos não realizados	Valor justo	%
<b>Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado</b>			<b>163.931</b>	<b>163.931</b>	<b>25,5</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>163.569</b>	<b>25,3</b>
Fundos de investimento DPVAT (a)	Pós Fixado	CDI	135.716	135.716	21,1	-	-	126.173	19,5
Fundos de investimento (a)	Pós Fixado	CDI	27.585	27.585	4,3	-	-	36.794	5,7
Outras aplicações (c)			630	630	0,1	-	-	602	0,1
<b>Disponíveis para venda</b>			<b>483.887</b>	<b>479.633</b>	<b>74,5</b>	<b>(4.255)</b>	<b>(4.255)</b>	<b>481.906</b>	<b>74,7</b>
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (b)	Pós Fixado	Selic	363.419	363.307	56,5	(112)	(112)	388.132	60,1
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B (b)	Pós Fixado	IPCA + 4,65%	41.399	40.418	6,3	(982)	(982)	40.688	6,3
Notas do Tesouro Nacional – NTN-F (b)	Pré Fixado	9,36%	79.069	75.908	11,8	(3.161)	(3.161)	53.086	8,3
<b>Total das Aplicações</b>			<b>647.818</b>	<b>643.564</b>	<b>100</b>	<b>(4.255)</b>	<b>(4.255)</b>	<b>645.475</b>	<b>100</b>
Circulante				268.807				163.031	
Não circulante				374.757				482.444	

- (a) O valor justo das quotas de fundos de investimento financeiro, não exclusivos, foi apurado com base nos valores de cotas divulgados pelos administradores dos fundos de investimento nos quais a Seguradora aplica seus recursos. Todos os fundos são atrelados à Renda Fixa, sendo que, grande parte de suas carteiras são compostas de Títulos Públicos e Certificados de Depósitos Bancários.
- (b) Os títulos públicos federais foram contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, e foram ajustados ao valor justo com base nas tabelas de referência do mercado secundário da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.
- (c) Referem-se, basicamente, à participação na Seguradora Líder dos Consórcios do seguro DPVAT, registrada ao custo de aquisição.

## 7.2. Composição por faixa de vencimentos

As aplicações em títulos e valores mobiliários por faixa de vencimento estão distribuídas da seguinte forma:

Categorias	30/06/2018			31/12/2017		
	Sem vencimento ou até 1 ano	Acima de 1 ano	Total	Sem vencimento ou até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
<b>Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado</b>	<b>163.931</b>	-	<b>163.931</b>	<b>163.569</b>	-	<b>163.569</b>
Fundos de investimento – DPVAT	135.716	-	135.716	126.173	-	126.173
Fundos de investimento	27.585	-	27.585	36.794	-	36.794
Outras Aplicações	630	-	630	602	-	602
<b>Disponíveis para venda</b>	<b>105.441</b>	<b>374.192</b>	<b>479.633</b>	-	<b>481.906</b>	<b>481.906</b>
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	105.441	257.866	363.307	-	388.132	388.132
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B	-	40.418	40.418	-	40.688	40.688
Notas do Tesouro Nacional – NTN-F	-	75.908	75.908	-	53.086	53.086
	<b>269.372</b>	<b>374.192</b>	<b>643.564</b>	<b>163.569</b>	<b>481.906</b>	<b>645.475</b>

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a Seguradora não operou com instrumentos financeiros derivativos.

## 7.3. Movimentação das aplicações financeiras

	2018					
	Quotas de fundos de investimento	LFT	NTN-B	NTN-F	Outras aplicações	Total
<b>Saldo no início do período</b>	<b>162.967</b>	<b>388.132</b>	<b>40.688</b>	<b>53.086</b>	<b>602</b>	<b>645.475</b>
(+) Aplicações	44.687	2.513	-	25.059	-	<b>72.259</b>
(-) Resgates	(49.459)	(39.286)	(1.124)	(2.440)	-	<b>(92.309)</b>
(+) Rendimentos/atualizações	5.106	12.049	1.818	2.547	28	<b>21.548</b>
(+/-) Ajuste TVM	-	(101)	(964)	(2.344)	-	<b>(3.409)</b>
<b>Saldo no final do período</b>	<b>163.301</b>	<b>363.307</b>	<b>40.418</b>	<b>75.908</b>	<b>630</b>	<b>643.564</b>

## 8. PRÊMIOS A RECEBER

Os prêmios a receber contemplam os prêmios de emissão direta, cosseguro aceito, riscos vigentes não emitidos, bem como as operações de retrocessão. Os períodos médios de parcelamento são calculados utilizando média ponderada, levando em consideração o montante do prêmio em relação à quantidade de parcelas.

## 8.1. Composição

Grupo de ramos	30/06/2018			
	Prêmios a receber	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber líquidos	Período médio de parcelamento
Automóvel	57.038	(19)	57.019	6
Patrimonial	34.709	(1)	34.708	4
Transportes	12.167	(211)	11.956	1
Demais ramos	9.175	(37)	9.138	3
	<b>113.089</b>	<b>(268)</b>	<b>112.821</b>	<b>5</b>

Grupo de ramos	31/12/2017			
	Prêmios a receber	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber líquidos	Período médio de parcelamento
Automóvel	65.971	(18)	65.953	6
Patrimonial	38.040	(3)	38.037	4
Transportes	13.787	(294)	13.493	1
Demais ramos	9.183	(45)	9.138	3
	<b>126.981</b>	<b>(360)</b>	<b>126.621</b>	<b>5</b>

## 8.2. Prêmios brutos a receber por vencimento

Os prêmios a receber por faixa de vencimento estão distribuídos da seguinte forma:

	30/06/2018	31/12/2017
<b>Vencidos</b>	<b>3.567</b>	<b>4.247</b>
Vencidos até 30 dias	1.400	1.703
Vencidos de 31 a 60 dias	484	504
Vencidos de 61 a 180 dias	419	341
Vencidos acima de 180 dias	1.264	1.699
<b>A vencer</b>	<b>109.522</b>	<b>122.734</b>
A vencer até 30 dias	60.083	59.935
A vencer de 31 a 60 dias	19.737	22.574
A vencer de 61 a 180 dias	28.391	36.618
A vencer acima de 180 dias	1.311	3.607
	<b>113.089</b>	<b>126.981</b>

### 8.3. Movimentação dos prêmios a receber

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<b>Saldo no início do período</b>	<b>126.621</b>	<b>133.389</b>
(+) Prêmios emitidos líquidos	253.198	562.726
(-) Baixas/cancelamentos	(19.566)	(42.469)
(-) Recebimentos	(248.831)	(526.432)
(+/-) Riscos vigentes não emitidos	918	(1.101)
(+/-) Oscilação cambial	389	411
(+/-) Redução ao valor recuperável	92	97
<b>Saldo no final do período</b>	<b>112.821</b>	<b>126.621</b>

### 8.4. Movimentação da redução do valor recuperável

A provisão sobre créditos de liquidez duvidosa para prêmios diretos é constituída com base em percentual obtido através de estudo técnico de perda média histórica aplicada individualmente sobre os prêmios a receber vencidos cuja data de emissão é maior que a data de final de vigência (riscos decorridos), combinado com a constituição dos valores de prêmios pendentes vencidos e sem vigência cuja data de emissão é menor ou igual a data de final de vigência (riscos a decorrer).

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<b>Saldo no início do período</b>	<b>(360)</b>	<b>(457)</b>
(+) Constituições	(92)	(180)
(-) Reversões / baixas	184	277
<b>Saldo no final do período</b>	<b>(268)</b>	<b>(360)</b>

## 9. OPERAÇÕES COM SEGURADORAS

O saldo de operações com seguradoras a receber é composto de prêmios vencidos e de restituição de comissão de cosseguo aceito, bem como, de prêmios a restituir e de sinistros e comissões de cosseguo cedido.

	<u>30/06/2018</u>			<u>31/12/2017</u>		
<u>Grupo de ramos</u>	<u>Operações com seguradoras</u>	<u>Redução ao valor recuperável</u>	<u>Total líquido</u>	<u>Operações com seguradoras</u>	<u>Redução ao valor recuperável</u>	<u>Total líquido</u>
Patrimonial	1.080	(89)	991	1.173	(111)	1.062
Transportes	580	(106)	474	1.530	(133)	1.397
Demais ramos	150	(14)	136	542	(38)	504
	<b>1.810</b>	<b>(209)</b>	<b>1.601</b>	<b>3.245</b>	<b>(282)</b>	<b>2.963</b>

## 10. ATIVOS E PASSIVOS DE RESSEGURO

### 10.1. Operações com resseguradoras – ativo - composição

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Sinistros a recuperar	8.418	10.807
Outros créditos	351	-
Redução ao valor recuperável	(305)	(315)
	<u><b>8.464</b></u>	<u><b>10.492</b></u>

#### a) Composição de sinistros a recuperar

<u>Grupo de ramos</u>	<u>30/06/2018</u>				<u>31/12/2017</u>			
	<u>Local</u>	<u>Admitida</u>	<u>Eventual</u>	<u>Total</u>	<u>Local</u>	<u>Admitida</u>	<u>Eventual</u>	<u>Total</u>
Patrimonial	2.407	1.323	23	3.753	5.595	2.370	16	7.981
Transportes	2.370	578	-	2.948	1.197	261	-	1.458
Demais ramos	1.201	482	34	1.717	560	775	33	1.368
	<u><b>5.978</b></u>	<u><b>2.383</b></u>	<u><b>57</b></u>	<u><b>8.418</b></u>	<u><b>7.352</b></u>	<u><b>3.406</b></u>	<u><b>49</b></u>	<u><b>10.807</b></u>

#### b) Sinistros a recuperar por tempo de pendência

Os sinistros a recuperar de resseguradoras por faixa de vencimento estão distribuídos da seguinte forma:

	<u>30/06/2018</u>				<u>31/12/2017</u>			
	<u>Local</u>	<u>Admitida</u>	<u>Eventual</u>	<u>Total</u>	<u>Local</u>	<u>Admitida</u>	<u>Eventual</u>	<u>Total</u>
De 0 a 30 dias	371	187	2	560	732	297	-	1.029
De 31 a 60 dias	1.490	753	-	2.242	937	369	-	1.306
De 61 a 180 dias	2.028	523	8	2.559	2.791	1.614	6	4.411
Acima de 180 dias	2.090	920	47	3.057	2.893	1.125	43	4.061
	<u><b>5.978</b></u>	<u><b>2.383</b></u>	<u><b>57</b></u>	<u><b>8.418</b></u>	<u><b>7.353</b></u>	<u><b>3.405</b></u>	<u><b>49</b></u>	<u><b>10.807</b></u>

#### c) Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas

<u>Grupo de ramos</u>	<u>30/06/2018</u>				
	<u>PPNG</u>	<u>PSL</u>	<u>IBNR</u>	<u>Outras Provisões</u>	<u>Total</u>
Patrimonial	21.167	21.239	3.380	1.493	47.279
Transportes	1.719	1.201	1.623	490	5.033
Demais ramos	9.590	13.826	2.019	269	25.705
	<u><b>32.476</b></u>	<u><b>36.266</b></u>	<u><b>7.022</b></u>	<u><b>2.252</b></u>	<u><b>78.016</b></u>
Circulante	32.109	36.266	7.022	2.252	77.649
Não circulante	367	-	-	-	367

31/12/2017

Grupo de ramos	31/12/2017				Total
	PPNG	PSL	IBNR	Outras Provisões	
Patrimonial	19.092	32.900	3.364	603	55.959
Transportes	1.014	712	1.618	456	3.800
Demais ramos	5.555	15.464	2.005	1.215	24.239
	<b>25.661</b>	<b>49.076</b>	<b>6.987</b>	<b>2.274</b>	<b>83.998</b>
Circulante	25.657	49.076	6.987	2.274	<b>83.994</b>
Não circulante	4	-	-	-	<b>4</b>

Estão distribuídos dentro dos saldos de PSL os valores de IBNER que estão reduzindo no montante de R\$ 4.741 (2016 – R\$ 12.508).

## 10.2. Operações com resseguradoras – passivo

Os saldos de operações com resseguradoras - passivo contemplam os prêmios emitidos cedidos em resseguro líquido de comissões a recuperar correspondentes, os prêmios de riscos vigentes e não emitidos, também líquidos das respectivas comissões, que foram cedidos a resseguradoras e os salvados e ressarcimentos que por ventura a Seguradora tenha recuperado e que deverá repassar as resseguradoras.

Grupo de ramos	30/06/2018				31/12/2017			
	Local	Admitida	Eventual	Total	Local	Admitida	Eventual	Total
Patrimonial	16.618	6.945	9	23.572	12.472	3.653	9	16.134
Transportes	5.335	1.327	-	6.662	4.044	818	-	4.862
Demais ramos	6.139	464	-	6.603	4.835	309	-	5.144
	<b>28.092</b>	<b>8.736</b>	<b>9</b>	<b>36.837</b>	<b>21.351</b>	<b>4.780</b>	<b>9</b>	<b>26.140</b>

## 11. OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS

### 11.1. Composição de outros créditos operacionais - circulante

	30/06/2018	31/12/2017
Comissões pagas a corretores (*)	10.403	11.812
Créditos a receber DPVAT	41	774
Restituição de comissão	1.721	1.279
Outros créditos	711	884
	<b>12.876</b>	<b>14.749</b>

(\*) Refere-se a comissões antecipadas pagas aos corretores após recebimento das parcelas de prêmios.



## 12. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

### 12.1. Composição e movimentação de créditos tributários

A composição e a movimentação dos créditos tributários contabilizados no ativo circulante e no ativo não circulante estão assim representadas:

	<u>31/12/2017</u>	<u>Constituição / (Reversão)</u>	<u>30/06/2018</u>
PIS e COFINS sobre PSL	2.081	340	2.421
Imposto de renda a compensar	-	-	-
Contribuição social a compensar	8	-	8
PIS e COFINS	10	(1)	9
Outros créditos tributários e previdenciários	-	1	1
Contribuição social - Medida Provisória nº 2.158-35/01	436	(86)	350
	<u>2.535</u>	<u>254</u>	<u>2.789</u>
Circulante	2.099		2.439
Não circulante	436		350

### 12.2. Créditos tributários sobre prejuízos fiscais/ base negativa e diferenças temporárias

Em 30/06/2018, a Seguradora tem base negativa de contribuição social no montante de R\$ 201.299 (31/12/2017 – R\$ 177.079) e prejuízo fiscal acumulado no montante de R\$ 154.508 (31/12/2017 – R\$ 131.270), a compensar com lucros futuros.

A legislação permite que bases negativas de contribuição social e prejuízos fiscais apurados em exercícios anteriores sejam compensadas com lucros tributáveis futuros, limitados a 30% de cada lucro tributável auferido em determinado ano. Os montantes do crédito tributário decorrentes da base negativa, do prejuízo fiscal e das diferenças temporárias acumulados em 2018 e 2017, não reconhecidos contabilmente, estão demonstrados a seguir:

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Base negativa acumulada de contribuição social	201.299	177.079
Adições temporárias (a)	5.800	5.576
	<u>207.099</u>	<u>182.655</u>
Alíquota de contribuição social	20%	20%
<b>Crédito tributário de contribuição social</b>	<u>41.420</u>	<u>36.531</u>
Prejuízo fiscal acumulado	154.508	131.270
Adições temporárias (a)	5.800	5.576
	<u>160.309</u>	<u>136.846</u>
Alíquota de imposto de renda	25%	25%
<b>Crédito tributário de imposto de renda</b>	<u>40.077</u>	<u>34.211</u>
<b>Crédito tributário acumulado não reconhecido contabilmente (b)</b>	<u>81.497</u>	<u>70.742</u>

- (a) As diferenças temporárias são formadas basicamente por provisão para riscos de créditos a receber e provisão para contingências.
- (b) A Seguradora não constituiu crédito tributário de imposto de renda e contribuição social, no momento, por não atender às regras requeridas pela SUSEP para sua constituição.

### 13. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

#### 13.1. Composição

As comissões e agenciamentos pagos em operações de seguros registradas no circulante e não circulante são diferidas de acordo com os períodos de vigência das apólices. O prazo médio para diferimento é de 12 meses. E estão assim compostas:

Grupo de ramos	30/06/2018			31/12/2017		
	Comissão	Outras despesas	Total	Comissão	Outras despesas	Total
Automóvel	30.970	1.390	32.360	30.218	3.756	33.974
Patrimonial	10.959	596	11.555	10.238	364	10.602
Transportes	820	-	820	745	1	746
Demais ramos	1.208	93	1.301	1.143	207	1.350
	<b>43.957</b>	<b>2.079</b>	<b>46.036</b>	<b>42.344</b>	<b>4.328</b>	<b>46.672</b>
Circulante			42.281			43.481
Não circulante			3.755			3.191

#### 13.2. Movimentação

	30/06/2018	31/12/2017
Saldo no início do período	<b>46.672</b>	<b>40.319</b>
(+) Adições decorrentes de prêmios emitidos	41.183	92.887
(-) Amortização pelo risco decorrido	(41.819)	(86.534)
Saldo no final do período	<b>46.036</b>	<b>46.672</b>

### 14. OUTROS VALORES E BENS - BENS À VENDA

14.1. Composição	30/06/2018	31/12/2017
Salvados à venda	4.642	4.693
Redução ao valor recuperável	(390)	(266)
	<b>4.252</b>	<b>4.427</b>

#### 14.2. Outros valores e bens por tempo de permanência

O quadro abaixo demonstra o saldo das contas de bens à venda - salvados, por tempo de permanência:

Tempo de permanência	30/06/2018	31/12/2017
De 0 a 30 dias	1.619	1.955
De 31 a 60 dias	878	950
De 61 a 180 dias	1.244	1.237
Acima de 180 dias	901	551
	<b>4.642</b>	<b>4.693</b>

## 15. IMOBILIZADO

### 15.1. Composição

	<u>30/06/2018</u>			<u>31/12/2017</u>
	<u>Custo</u>	<u>Reavaliação</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Saldo residual</u>
Terrenos	526	1.336	-	1.862
Edificações	13.399	1.750	(7.423)	8.029
Computadores e equipamentos	4.271	-	(3.158)	1.113
Móveis, máquinas e utensílios	1.752	-	(1.254)	498
Veículos	2.001	-	(808)	1.193
Outras imobilizações	878	-	(392)	486
	<u>22.827</u>	<u>3.086</u>	<u>(13.035)</u>	<u>12.878</u>
				<u>13.272</u>

Em 2006, os terrenos e edifícios do ativo imobilizado foram reavaliados. O valor de impostos diferidos está contabilizado na conta “Imposto de renda e contribuição social diferidos”, no passivo não circulante, e o valor líquido da reavaliação está registrado na conta “Reserva de reavaliação”, no patrimônio líquido, conforme demonstrado a seguir:

	<u>30/06/2018</u>			<u>31/12/2017</u>
	<u>Reavaliação</u>	<u>Impostos diferidos</u>	<u>Realização da reavaliação</u>	<u>Líquido</u>
Reavaliações	3.086	(1.003)	(857)	1.226
				<u>1.245</u>

### 15.2. Movimentação

	<u>2018</u>						
	<u>Terrenos</u>	<u>Edificações</u>	<u>Computadores e equipamentos</u>	<u>Móveis, máquinas e utensílios</u>	<u>Veículos</u>	<u>Outras imobilizações</u>	<u>Total</u>
Saldo no início do período	1.862	8.029	1.198	522	1.129	532	13.272
(+) Aquisições	-	-	138	21	455	50	665
(-) Baixas	-	-	-	-	(193)	-	(440)
(-) Depreciação	-	(303)	(223)	(45)	(198)	(96)	(865)
Saldo no final do período	<u>1.862</u>	<u>7.726</u>	<u>1.113</u>	<u>498</u>	<u>1.193</u>	<u>486</u>	<u>12.878</u>

## 16. INTANGÍVEL

### 16.1. Composição

	<u>30/06/2018</u>		<u>31/12/2017</u>
	<u>Custo</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Saldo residual</u>
Contratos e licenças de softwares	67.099	(39.641)	27.458
			<u>27.337</u>

## 16.2. Movimentação

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<b>Saldo no início do período</b>	<b>27.337</b>	<b>22.943</b>
(+) Novos projetos	3.260	10.010
(-) Amortizações	(3.139)	(5.616)
<b>Saldo no final do período</b>	<b><u>27.458</u></b>	<b><u>27.337</u></b>

## 17. OBRIGAÇÕES A PAGAR

As obrigações a pagar registradas no passivo circulante estão assim compostas:

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Honorários de auditoria	355	184
Participação nos lucros a pagar	1.726	1.422
Salários e gratificação a pagar	414	1.010
Fornecedores/Prestadores de serviços	2.046	1.766
Publicações legais	60	123
Outras obrigações a pagar	1.541	998
	<b><u>6.142</u></b>	<b><u>5.503</u></b>

## 18. PROVISÕES TÉCNICAS DE SEGUROS

### 18.1. Composição

Grupo de ramos	30/06/2018						31/12/2017					
	PPNG	PSL	IBNR	PDR	Outras Provisões	Total	PPNG	PSL	IBNR	PDR	Outras Provisões	Total
Automóvel	150.637	33.312	2.380	2.775	-	189.104	158.465	33.090	2.377	2.447	-	196.379
Patrimonial	56.053	27.100	4.888	2.086	-	90.127	53.733	38.959	4.782	1.924	998	100.396
DPVAT	-	14.915	119.225	-	1.466	135.606	-	16.476	108.824	-	703	126.003
Transportes	3.587	6.913	3.815	1.555	-	15.870	3.499	3.893	3.495	1.553	-	12.440
Demais ramos	8.699	25.792	4.096	535	-	39.122	9.086	25.099	3.967	518	-	38.670
	<b>218.976</b>	<b>108.032</b>	<b>134.404</b>	<b>6.951</b>	<b>1.466</b>	<b>469.829</b>	<b>224.783</b>	<b>117.517</b>	<b>123.445</b>	<b>6.442</b>	<b>1.701</b>	<b>473.888</b>
Circulante	204.040	108.032	134.404	6.951	1.466	454.893	211.788	117.517	123.445	6.442	1.701	460.893
Não circulante	14.936	-	-	-	-	14.936	12.995	-	-	-	-	12.995

### 18.2. Movimentação

	2018					
	PPNG	PSL	IBNR	PDR	Outras provisões	Total
<b>Saldo no início do período</b>	<b>224.783</b>	<b>117.517</b>	<b>123.445</b>	<b>6.442</b>	<b>1.701</b>	<b>473.888</b>
(+) Constituições decorrentes de prêmios emitidos	214.481	-	-	-	-	214.481
(-) Diferimento de risco decorrido	(221.569)	-	-	-	-	(221.569)
(+) Aviso de sinistros	-	575.012	-	6.962	-	581.974
(+/-) Ajuste de estimativa de sinistros	-	(454.307)	-	(14)	-	(454.321)
(-) Pagamentos	-	(124.811)	-	(6.948)	-	(131.759)
(+) Atualização monetária e juros	459	3.839	-	-	-	4.298
(+/-) Constituições/reversões	822	(9.218)	10.959	509	(235)	2.837
<b>Saldo no final do período</b>	<b>218.976</b>	<b>108.032</b>	<b>134.404</b>	<b>6.951</b>	<b>1.466</b>	<b>469.829</b>

### 18.3. Sinistros a liquidar em juízo

#### a) Composição

Do montante de R\$ 108.032 (31/12/2017 – R\$ 117.517), R\$ 12.126 (31/12/2017 – R\$ 13.563), referente à processos controlados/geridos pela Seguradora Líder (DPVAT) e R\$ 47.548 (31/12/2017 – R\$ 48.034) referem-se a processos de sinistros em demanda judicial em diversos estágios processuais, com a seguinte classificação de risco:

Probabilidade de perda	30/06/2018			31/12/2017		
	Quantidade de processo	Valor reclamado	Valor provisionado	Quantidade de processo	Valor reclamado	Valor provisionado
Provável	213	34.336	14.085	210	31.627	13.974
Possível	446	75.279	15.466	428	75.073	14.888
Remota	231	58.146	5.872	215	55.891	5.609
	<b>890</b>	<b>167.761</b>	<b>35.423</b>	<b>853</b>	<b>162.591</b>	<b>34.471</b>

#### b) Movimentação (\*)

	30/06/2018	31/12/2017
<b>Saldo no início do período</b>	<b>48.034</b>	<b>55.356</b>
(+) Constituições	3.547	15.875
(+/-) Alterações nas estimativas	(3.637)	(19.956)
(-) Pagamentos	(2.494)	(6.591)
(-) Baixas por êxito	(486)	(1.744)
(+) Atualização monetária e juros	2.584	5.094
<b>Saldo no final do período</b>	<b>47.548</b>	<b>48.034</b>

(\*) Contempla as movimentações oriundas aos processos controlados pela Seguradora Líder (DPVAT)

### 18.4. Cobertura das provisões técnicas

Os valores dos ativos vinculados em cobertura das provisões técnicas são os seguintes:

	30/06/2018	31/12/2017
Total das provisões técnicas	469.829	473.888
Necessidade de ativos líquidos (*)	16.982	17.191
(-) Ativos de resseguro	(45.541)	(58.337)
(-) Direitos creditórios	(77.247)	(82.186)
(-) DPVAT	(135.606)	(126.004)
<b>Montante a ser garantido (A)</b>	<b>228.417</b>	<b>224.552</b>
Ativos vinculados	507.218	518.700
<b>Garantia das provisões técnicas (B)</b>	<b>507.218</b>	<b>518.700</b>
<b>Excedente (B - A)</b>	<b>278.801</b>	<b>294.148</b>

(\*) As Resoluções CNSP nº 321/15 e 343/16 passaram a exigir, a partir de 2014, que as empresas supervisionadas ofereçam, no mínimo, 20% de seu Capital Mínimo Requerido – CMR.

## 18.5. Tabela de desenvolvimento de sinistros

### a) Sinistros bruto de resseguro – Administrativo

Desenvolvimento dos sinistros	Data de ocorrência do sinistro							Total
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
No ano de ocorrência	186.288	132.157	198.906	231.649	188.297	224.585	100.681	
Um ano após a ocorrência	237.584	141.429	222.881	241.144	203.496	241.472		
Dois anos após a ocorrência	236.653	145.065	221.588	243.060	203.922			
Três anos após a ocorrência	244.396	147.831	221.883	243.888				
Quatro anos após a ocorrência	241.874	146.693	222.091					
Cinco anos após a ocorrência	236.788	148.120						
Seis anos após a ocorrência	237.262							
<b>Estimativa corrente em 30/06/2018</b>	<b>237.262</b>	<b>148.120</b>	<b>222.091</b>	<b>243.888</b>	<b>203.922</b>	<b>241.472</b>	<b>100.681</b>	<b>1.397.436</b>
<b>Pagamentos acumulados até 30/06/2018</b>	<b>(234.911)</b>	<b>(141.435)</b>	<b>(220.845)</b>	<b>(243.389)</b>	<b>(202.182)</b>	<b>(236.057)</b>	<b>(65.842)</b>	<b>(1.344.661)</b>
<b>Estimativa corrente líquida de pagamentos em 30/06/2018</b>	<b>2.351</b>	<b>6.685</b>	<b>1.246</b>	<b>499</b>	<b>1.740</b>	<b>5.415</b>	<b>34.839</b>	<b>52.775</b>
Outros passivos relacionados (*)								7.709
<b>Total do passivo reconhecido no balanço</b>								<b>60.484</b>

(\*) Referem-se a passivos de sinistros ocorridos em períodos anteriores à 31/12/2011 (R\$ 6.954), DPVAT (R\$ 2.789), retrocessão (R\$ 471) e IBNER (R\$ -2.505).

### b) Sinistros bruto de resseguro - Judicial

Desenvolvimento dos sinistros	Data de ocorrência do sinistro							Total
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
No ano de ocorrência	863	378	553	536	479	698	81	
Um ano após a ocorrência	3.249	3.360	2.943	2.127	2.353	1.546		
Dois anos após a ocorrência	5.070	4.697	5.241	3.066	2.555			
Três anos após a ocorrência	6.052	7.451	6.974	3.385				
Quatro anos após a ocorrência	7.659	7.361	7.518					
Cinco anos após a ocorrência	6.847	7.758						
Seis anos após a ocorrência	7.267							
<b>Estimativa corrente em 30/06/2018</b>	<b>7.267</b>	<b>7.758</b>	<b>7.518</b>	<b>3.385</b>	<b>2.555</b>	<b>1.546</b>	<b>81</b>	<b>30.110</b>
<b>Pagamentos acumulados até 30/06/2018</b>	<b>(3.480)</b>	<b>(2.595)</b>	<b>(3.333)</b>	<b>(1.421)</b>	<b>(1.079)</b>	<b>(382)</b>	<b>(2)</b>	<b>(12.292)</b>
<b>Estimativa corrente líquida de pagamentos em 30/06/2018</b>	<b>3.787</b>	<b>5.163</b>	<b>4.185</b>	<b>1.964</b>	<b>1.476</b>	<b>1.164</b>	<b>79</b>	<b>17.818</b>
Outros passivos relacionados (*)								29.728
<b>Total do passivo reconhecido no balanço</b>								<b>47.546</b>

(\*) Referem-se a passivos de sinistros ocorridos em períodos anteriores à 31/12/2011 (R\$ 17.601) e DPVAT (R\$ 12.127).

### **c) Sinistros líquido de resseguro – Administrativo**

	Data de ocorrência do sinistro							Total
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
<b>Desenvolvimento dos sinistros</b>								
No ano de ocorrência	126.746	113.275	142.864	158.106	171.777	206.170	97.497	
Um ano após a ocorrência	135.700	123.810	153.935	168.269	184.842	220.790		
Dois anos após a ocorrência	135.882	124.329	155.791	169.284	185.199			
Três anos após a ocorrência	135.972	124.829	156.515	169.558				
Quatro anos após a ocorrência	136.138	125.125	156.651					
Cinco anos após a ocorrência	136.416	125.381						
Seis anos após a ocorrência	136.631							
<b>Estimativa corrente em 30/06/2018</b>	<b>136.631</b>	<b>125.381</b>	<b>156.651</b>	<b>169.558</b>	<b>185.199</b>	<b>220.790</b>	<b>97.497</b>	<b>1.091.707</b>
<b>Pagamentos acumulados até 30/06/2018</b>	<b>(136.063)</b>	<b>(125.022)</b>	<b>(156.239)</b>	<b>(169.358)</b>	<b>(184.726)</b>	<b>(216.617)</b>	<b>(64.836)</b>	<b>(1.052.861)</b>
<b>Estimativa corrente líquida de pagamentos em 30/06/2018</b>	<b>568</b>	<b>359</b>	<b>412</b>	<b>200</b>	<b>473</b>	<b>4.173</b>	<b>32.661</b>	<b>38.846</b>
Outros passivos relacionados (*)								(2.817)
<b>Total do passivo reconhecido no balanço</b>								<b>36.029</b>

(\*) Referem-se a passivos de sinistros ocorridos em períodos anteriores à 31/12/2011 (R\$ 1.167), DPVAT (R\$ 2.789), retrocessão (R\$ 471) e IBNER (R\$ -7.244).

### **d) Sinistros líquido de resseguro – Judicial**

	Data de ocorrência do sinistro							Total
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
<b>Desenvolvimento dos sinistros</b>								
No ano de ocorrência	863	373	538	535	476	666	81	
Um ano após a ocorrência	3.118	2.463	2.558	1.953	2.323	1.510		
Dois anos após a ocorrência	4.729	3.339	4.478	2.852	2.525			
Três anos após a ocorrência	5.461	4.471	4.726	3.156				
Quatro anos após a ocorrência	6.827	4.348	4.915					
Cinco anos após a ocorrência	6.605	4.490						
Seis anos após a ocorrência	7.000							
<b>Estimativa corrente em 30/06/2018</b>	<b>7.000</b>	<b>4.490</b>	<b>4.915</b>	<b>3.156</b>	<b>2.525</b>	<b>1.510</b>	<b>81</b>	<b>23.677</b>
<b>Pagamentos acumulados até 30/06/2018</b>	<b>(3.373)</b>	<b>(2.223)</b>	<b>(3.146)</b>	<b>(1.417)</b>	<b>(1.077)</b>	<b>(376)</b>	<b>(2)</b>	<b>(11.614)</b>
<b>Estimativa corrente líquida de pagamentos em 30/06/2018</b>	<b>3.627</b>	<b>2.267</b>	<b>1.769</b>	<b>1.739</b>	<b>1.448</b>	<b>1.134</b>	<b>79</b>	<b>12.063</b>
Outros passivos relacionados (*)								23.672
<b>Total do passivo reconhecido no balanço</b>								<b>35.735</b>

(\*) Referem-se a passivos de sinistros ocorridos em períodos anteriores à 31/12/2011 (R\$ 11.545) e DPVAT (R\$ 12.127).



## 19. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

Os depósitos de terceiros são compostos principalmente pelos prêmios recebidos dos segurados, por cobrança antecipada de prêmio e outros depósitos. Os montantes apresentados por faixa de idade estão assim distribuídos:

	30/06/2018				31/12/2017			
	De 0 a 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 180 dias	Total	De 0 a 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 180 dias	Total
Prêmios antecipados	86	12	67	165	406	13	279	698
Prêmios e emolumentos	216	42	43	301	491	19	42	552
Outros depósitos	76	24	62	162	8	-	-	8
	<b>378</b>	<b>78</b>	<b>172</b>	<b>628</b>	<b>905</b>	<b>32</b>	<b>321</b>	<b>1.258</b>

## 20. OUTROS DÉBITOS - DEPÓSITOS E PROVISÕES JUDICIAIS

A Seguradora avaliou suas provisões judiciais, de acordo com critérios estabelecidos no CPC 25 referendado pela Circular SUSEP nº 517/15 e alterações.

### 20.1. Detalhamento das obrigações legais e provisões para contingências por probabilidade de perda

	Provável		Possível		30/06/2018	31/12/2017
	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Provisão Total	Provisão Total
Trabalhistas (a)	1.701	15	315	4	2.016	1.888
Cíveis (b)	161	10	32	10	193	204
	<b>1.862</b>	<b>25</b>	<b>347</b>	<b>14</b>	<b>2.209</b>	<b>2.092</b>

#### a) Provisões trabalhistas

A Seguradora é parte em algumas ações de natureza trabalhista e os pedidos mais frequentes referem-se a vínculo empregatício, horas extras, verbas rescisórias e equiparação salarial. São realizados acompanhamentos periódicos para cada ação e a Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, considera que os valores provisionados são suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes de decisões jurídicas.

#### b) Provisões cíveis

São ações impetradas e não relacionadas a sinistros, em conformidade com o Manual de Procedimentos adotado pela Seguradora. A Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, considera que os valores provisionados são suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes de decisões jurídicas.

## 20.2. Movimentação

	30/06/2018			31/12/2017		
	Trabalhistas	Cíveis	Total	Trabalhistas	Cíveis	Total
<b>Saldo no início do período</b>	<b>1.888</b>	<b>204</b>	<b>2.092</b>	<b>783</b>	<b>250</b>	<b>1.033</b>
(+) Constituições/atualização monetária	208	9	217	879	71	950
(+/-) Alterações nas estimativas	(42)	(5)	(47)	312	12	324
(-) Baixas/Pagamentos	(38)	(15)	(53)	(86)	(129)	(215)
<b>Saldo no final do período</b>	<b>2.016</b>	<b>193</b>	<b>2.209</b>	<b>1.888</b>	<b>204</b>	<b>2.092</b>

## 21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Capital Social é de R\$ 619.757, representado por 290.180.641 ações ordinárias, nominativas sem valor nominal em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

A Reserva de Reavaliação é constituída por reavaliações de bens do ativo imobilizado, anteriores a 1º de janeiro de 2008, cuja realização se dá por depreciação ou baixa dos referidos bens, líquida dos encargos tributários.

Ajuste com Títulos e Valores Mobiliários são compostos pelos ajustes referidos na nota explicativa nº 7, líquidos dos efeitos tributários, quando aplicável.

A Distribuição de Dividendos é assegurado aos acionistas o dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei. Em função da Seguradora apresentar prejuízo acumulado, não foi distribuído dividendo no semestre findo em 30 de junho de 2018.

## 22. DETALHAMENTO DE CONTAS DAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

### 22.1. Informação por segmento de negócio

Grupo de ramos	30/06/2018						
	Prêmios ganhos	Prêmios ganhos cedidos (resseguro)	Ressegurado - %	Sinistros ocorridos	Sinistralidade - %	Custo de aquisição	Comissionamento - %
Automóvel	133.118	(304)	0,2	(98.651)	74,1	(28.589)	21,5
DPVAT	22.485	-	-	(19.101)	84,9	(283)	1,3
Patrimonial	43.877	(21.344)	48,6	(475)	1,1	(9.090)	20,7
Transportes	24.169	(4.090)	16,9	(16.195)	67,0	(5.455)	22,6
Demais ramos	20.206	(9.781)	48,4	(9.465)	46,8	(2.743)	13,6
	<b>243.855</b>	<b>(35.519)</b>	<b>14,6</b>	<b>(143.887)</b>	<b>59,0</b>	<b>(46.160)</b>	<b>18,9</b>

Grupo de ramos	30/06/2017						
	Prêmios ganhos	Prêmios ganhos cedidos (resseguro)	Ressegurado - %	Sinistros ocorridos	Sinistralidade - %	Custo de aquisição	Comissionamento - %
Automóvel	138.355	(279)	0,2	(102.951)	74,4	(28.442)	20,6
DPVAT	30.086	-	-	(25.786)	85,7	(362)	1,2
Patrimonial	37.313	(16.719)	44,8	(20.281)	54,4	(7.359)	19,7
Transportes	23.454	(5.076)	21,6	(10.756)	45,9	(5.433)	23,2
Demais ramos	17.099	(8.961)	52,4	(7.911)	46,3	(2.047)	12,0
	<b>246.307</b>	<b>(31.035)</b>	<b>12,6</b>	<b>(167.685)</b>	<b>68,1</b>	<b>(43.643)</b>	<b>17,7</b>

## 22.2. Prêmios emitidos

	<b>30/06/2018</b>	<b>30/06/2017</b>
Prêmios emitidos	228.853	219.800
Prêmios emitidos - DPVAT	23.578	30.648
Cosseguro aceito de congêneres	8.380	7.888
Custo inicial de contratação (*)	(294)	14.865
Prêmios cancelados/restituídos	(21.149)	(23.672)
Cosseguro cedido de congêneres	(1.604)	(3.933)
Prêmios – riscos vigentes não emitidos	918	(1.381)
	<b>238.682</b>	<b>244.215</b>

(\*) A partir de 1º de janeiro de 2018, em atendimento a Circular SUSEP nº 543/16, a parcela do prêmio definida como receita destinada à recuperação dos custos iniciais de contratação deixou de ser deduzida da base de cálculo da PPNG. Os valores registrados em 2018 referem-se a cancelamentos de apólices emitidas até 31/12/2017 que possuíam o registro dos custos iniciais de contratação.

## 22.3. Sinistros ocorridos

	<b>30/06/2018</b>	<b>30/06/2017</b>
Sinistros avisados	(128.352)	(142.749)
Sinistros - DPVAT	(16.161)	(18.333)
Assistência 24 horas	(19.551)	(19.384)
Salvados e ressarcimentos	15.829	19.094
IBNR e PDR	6.590	(299)
IBNR - DPVAT	(2.940)	(7.453)
Recuperação de sinistros	698	1.439
	<b>(143.887)</b>	<b>(167.685)</b>

## 22.4. Custos de aquisição

	<b>30/06/2018</b>	<b>30/06/2017</b>
Comissão sobre prêmio emitido	(39.096)	(40.067)
Assessoria e agenciamento	(3.809)	(3.215)
Inspeção de risco	(1.558)	(2.099)
Recuperação de comissão	270	570
Outras despesas de comercialização	(1.665)	-
Variação da despesa de comercialização diferida	(302)	1.168
	<b>(46.160)</b>	<b>(43.643)</b>

## 22.5. Outras receitas e despesas operacionais

	<b>30/06/2018</b>	<b>30/06/2017</b>
Outras despesas operacionais - DPVAT	(2.557)	(3.184)
Despesas com apólices	(3.658)	(4.209)
Despesas com agenciamento e assessorias	(258)	(1.057)

Despesas com cobrança	(1.474)	(944)
Provisão para riscos sobre créditos	87	190
Outras receitas/despesas operacionais	(2.397)	(2.454)
	<u>(10.257)</u>	<u>(11.658)</u>

## 22.6. Resultado com operações de resseguro

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Recuperação de sinistros	6.958	19.222
Prêmios de resseguro cedido - RVNE	(502)	774
Salvados e ressarcimentos	(2.092)	(2.627)
Outras receitas/despesas	351	2
Variação da provisão de IBNYR e IBNER	(7.758)	(74)
Variação das provisões técnicas de prêmios	6.477	(3.991)
Prêmios de resseguro cedido	(41.494)	(27.818)
	<u>(38.060)</u>	<u>(14.512)</u>

## 22.7. Despesas administrativas

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Pessoal próprio	(28.686)	(27.685)
Serviços de terceiros	(4.392)	(2.708)
Localização e funcionamento	(7.465)	(8.607)
Publicidade e propaganda	(181)	(370)
Despesas administrativas - DPVAT	(1.708)	(1.490)
Outras despesas administrativas	(1.031)	(436)
	<u>(43.463)</u>	<u>(41.296)</u>

## 22.8. Despesas com tributos

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Pis e Cofins	(5.146)	(6.068)
Impostos federais sobre remessa – resseguro	(171)	(123)
Contribuição sindical	(125)	(178)
Taxa de fiscalização - SUSEP	(799)	(639)
Outros tributos	(234)	(201)
	<u>(6.475)</u>	<u>(7.209)</u>

## 22.9. Resultado financeiro

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Receitas com títulos de renda fixa - públicos	16.413	27.742
Receitas com títulos de renda fixa - privados	1.108	1.278

Receitas com operações de seguros	2.710	2.438
Receitas financeiras - DPVAT	158	216
Juros e correção monetária - sinistros	(1.525)	(2.381)
Outras receitas (despesas) financeiras	(155)	(31)
	<b>18.709</b>	<b>29.262</b>

## 22.10. Imposto de renda e contribuição social

	30/06/2018		30/06/2017	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
<b>Prejuízo antes do imposto, líquido de participações</b>	<b>(23.741)</b>	<b>(23.741)</b>	<b>(7.969)</b>	<b>(7.969)</b>
Adições	8.853	8.466	6.276	6.276
Exclusões	(8.330)	(8.330)	(5.163)	(5.163)
<b>Prejuízo Fiscal</b>	<b>(23.218)</b>	<b>(23.605)</b>	<b>(6.856)</b>	<b>(6.856)</b>
Compensação Prejuízos Fiscais	-	-	-	-
<b>Base do IR e CSLL</b>	<b>(23.218)</b>	<b>(23.605)</b>	<b>(6.856)</b>	<b>(6.856)</b>
Imposto de renda e Contribuição social	-	-	-	-
(-) Outros	-	-	-	-
<b>Total de Imposto de renda e Contribuição social</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

## 23. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A remuneração do pessoal-chave da Administração, que compreende empregados que tem autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Seguradora, foi aprovada pela Assembleia Geral Ordinária realizada em 02 de março de 2018, sendo composta exclusivamente de benefícios de curto prazo, cujo montante destinado para Diretoria em 2017 foi de R\$ 5.000 (2016 - R\$ 5.000). A Seguradora não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações.

A Seguradora efetua cessões de resseguros com a Mitsui Sumitomo Insurance Co. Ltd. (resseguradora admitida), através de contratos automáticos e facultativos. As transações entre partes relacionadas decorrentes dessas atividades encontram-se apresentadas a seguir:

<u>Mitsui Sumitomo Insurance Co. Ltd. (Controladora)</u>	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Ativos - Operações com resseguradoras	928	1.090
Ativos - Títulos e créditos a receber	278	255
Passivos - Operações com resseguradoras	6.714	3.419
Receitas - Recuperação de indenização	2.249	3.646
Despesas - Prêmios de resseguros cedidos	9.672	3.763

## Participação Acionária

<u>MITSUI SUMITOMO SEGUROS S.A.</u>	<u>Quantidade Ações</u>	<u>%</u>
	<b>290.180.641</b>	<b>100,00</b>

MITSUI SUMITOMO INSURANCE COMPANY LIMITED	290.135.580	99,98
OUTROS	45.061	0,02
<b>MITSUI SUMITOMO INSURANCE COMPANY LIMITED</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
MS&AD INSURANCE GROUP HOLDINGS, INC.	1.404.402.464	100,00
	<b>Ações</b>	

## 24. OUTRAS INFORMAÇÕES

### 24.1. Cobertura de seguros

A Seguradora adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, levando-se em consideração a natureza de suas atividades. A Administração compreende como suficiente às coberturas de seguros vigentes em 30 de junho de 2018 que estão assim demonstradas:

<u>Item</u>	<u>Tipo de Cobertura</u>	<u>Importância segurada</u>
Edifícios	Quaisquer danos materiais a edificações, instalações e máquinas e equipamentos	35.853
Veículos	Incêndio, roubo, colisão e responsabilidade civil	32.629
Responsabilidade civil	Operações, responsabilidade do empregador e veículos de funcionários de uso habitual	36.701
Seguro fiança	Despesas fixas	280
		<b>105.463</b>

## **Diretoria**

Masayuki Nagano  
Diretor Presidente

Hélio Hiroshi Kinoshita  
Diretor Vice-Presidente

Giuliano Vicente Borro  
Diretor

Eliane Caetano Setti Riedel  
Diretora

Takuya Ito  
Diretor

## **Contador**

Luiz Akio Morikawa  
CRC 1SP158630/O-3

## **Atuário**

Gustavo Genovez  
MIBA 1197